



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Termo de Referência

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da contratação é a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica às licitações, denominados SERVIÇOS, visando a realização de leilões de arrendamentos de instalações portuárias referentes aos necessários certames licitatórios para a exploração de áreas e infraestruturas portuárias por meio de arrendamentos junto aos portos organizados no âmbito das prioridades do Governo Federal.

1.2. As ORDENS DE SERVIÇOS passarão a integrar o CONTRATO para todos os fins de direito, vinculando as PARTES em seus direitos e obrigações que não sejam conflitantes com o CONTRATO, sem prejuízo das disposições específicas e complementares ao CONTRATO, definidas de acordo com o Edital de cada licitação das áreas portuárias.

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário Máximo Aceitável |
|------|--|-------------------|------------|---------------------------------|
| 1 | Serviço de Assessoria Técnica Especializada a licitações e Leilões | Sessão | 19 | R\$ 841.626,93 |

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço singular de prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica às licitações.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a *Execução por Tarefa*.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com a mudança do marco regulatório portuário, inaugurada pela Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, e seguida pela publicação da Lei nº 12.815/2013 e do Decreto nº 8.033/2013, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ passou a ser a esfera responsável pela realização dos procedimentos licitatórios dos contratos de concessão e arrendamento, em conformidade com as diretrizes do poder concedente, conforme se depreende da leitura do §2º do art. 6º da Lei e do parágrafo único do art. 3º do Decreto regulamentador.

2.2. À vista disto, a ANTAQ e o Poder Concedente, *in casu*, a cargo do Ministério da Infraestrutura, dentro de um programa integrado de logística de âmbito interministerial, capitaneado pela Casa Civil da Presidência da República, passou a promover uma série de ações visando a concessão da exploração de infraestruturas públicas e prestação de serviços nos setores de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, impulsionaram os debates para as licitações das áreas e infraestruturas portuárias localizadas nos portos organizados brasileiros, organizadas em projetos do setor portuário, alguns dos quais estão previstos para serem leiloados no biênio 2021-2022.

2.3. A condução dos procedimentos licitatórios referentes às áreas supra compete à Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ - CPLA (instituída pela Portaria nº 420-ANTAQ, de 2018), que também atuará junto à futura contratada.

2.4. Porém, por se tratar de atividades complexas que demandam conhecimentos especializados para a sua realização, a ANTAQ, a exemplo de outras entidades do Governo Federal, entendeu por necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de assessoria aos leilões de concessões e arrendamentos portuários.

2.5. Em contato com outras Agências Reguladoras, tais como a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, assim como da recente experiência desta ANTAQ, foi indicada a contratação da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO para esse serviço de assessoria, uma vez que seria a única empresa do mercado detentora da competência técnica para a execução dos trabalhos necessários.

2.6. A B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO é líder no mercado de valores e derivativos da América Latina, e a sua missão é a de atuar na dinâmica macroeconômica de crescimento do mercado latino-americano e posicionar não apenas a

Bolsa, mas também o Brasil como centro financeiro internacional de negociação de ações, commodities e outros instrumentos financeiros, com excelência operacional e atitudes socialmente responsáveis.

Nessa mesma toada, faz-se imperioso que o objeto do contrato se coadune com o objeto do tipo de serviço prestado pela instituição. Neste sentido, observa-se por meio do Estatuto Social da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão que a companhia tem por objeto social exercer, por exemplo:

"Art. 3º. (...)

II – manutenção de ambientes ou sistemas adequados à realização de negócios de compras e vendas, leilões e operações especiais envolvendo valores mobiliários, títulos, direitos e ativos, no mercado de bolsa e no mercado de balcão organizado;
III – prestação de serviços de registro, compensação e liquidação, física e financeira, por meio de órgão interno ou sociedade especialmente constituída para esse fim, assumindo ou não a posição de contraparte central e garantidora da liquidação definitiva, nos termos da legislação vigente e de seus próprios regulamentos:

(a) das operações realizadas e/ou registradas em quaisquer dos ambientes ou sistemas relacionados nos itens "I" e "II" acima; ou (b) das operações realizadas e/ou registradas em outras bolsas, mercados ou sistemas de negociação.

IV – prestação de serviços de depositária central e de custódia fungível e infungível de mercadorias, de títulos e valores mobiliários e de quaisquer outros ativos físicos e financeiros;

V – prestação de serviços de padronização, classificação, análises, cotações, estatísticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, biblioteca e software sobre assuntos que interessem à Companhia e aos participantes dos mercados por ela direta ou indiretamente administrados;

VI – prestação de suporte técnico, administrativo e gerencial para fins de desenvolvimento de mercado, bem como exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos mercados por ela administrados;"

2.7. Como pode-se verificar é pertinente a atividade finalística desenvolvida pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, por meio da prestação dos serviços supramencionados, e os objetivos perseguidos pela ANTAQ, e que serão objeto de contrato específico com a Administração Pública.

2.8. Além disso, temos a notória especialização, da B3, comprovada por meio da ocorrência de outros leilões especiais, tanto público como privados, que tiveram sede na Bolsa, que possui completa infraestrutura para sua realização, e que demonstraram que os serviços chegaram à sua conclusão a contento. A B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO foi a responsável pela condução de mais de 40 procedimentos licitatórios realizados por esta ANTAQ com grande sucesso e presteza na prestação do serviço.

2.9. Diante dos fatos apresentados, a contratação deve ser justificada por inexigibilidade de licitação, conforme disposto no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993. A propósito, no processo de contratação anterior, a Procuradoria Federal junto à ANTAQ manifestou no sentido de que "não há óbice, sob o ponto de vista jurídico, à contratação direta dos serviços de assessoria aos leilões de arrendamento de terminais portuários, por inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, inciso II, da Lei n. 8.666/1993" (Parecer nº 00019/2018/NLC/PFANTAQ/PGF/AGU - SEI 0445748).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Conforme explicitado no objeto, a prestação de serviço contempla a consultoria e assessoria técnica aos certames licitatórios. Essa assessoria envolve desde a fase preparatória do procedimento, mas principalmente a consultoria na realização das sessões públicas de recebimento de volumes e de propostas, com realização de lances a viva-voz. Além da expertise dos profissionais da empresa para esse serviço, importante ressaltar toda a estrutura física disponibilizada pela contratada para realização das citadas etapas do certame.

3.2. A solução de contratação de B3 abarca em um só contrato, sem ônus para a ANTAQ, todo o serviço que precisaríamos para a realização das sessões, como infraestrutura com local amplo, banners, recepcionista, segurança, serviço de portaria e também o serviço de consultoria à Comissão de Licitação nas etapas do processo.

3.3. Destaco que não há necessidade de estudos preliminares para essa contratação, haja vista não se tratar de obra ou serviço que necessita de verificação de "viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução". (Art. 6º, IX, Lei 8.666/1993)

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço especializado, sob demanda, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante inexigibilidade de licitação.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade: não se aplica ao caso, conforme citado acima, a B3 já foi contratada pela ANTAQ para a realização dos serviços de consultoria e assessoramento, atendendo a contento à

Comissão de Licitação e também já foi contratada por outras Agência de Infraestrutura.

5.1.2. Serviço não continuado, a B3 será demanda por Ordem de Serviço para atendimento a cada bloco de leilões.

5.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade: não se aplica, pois não se trata de obra ou serviço de engenharia.

5.1.4. Duração inicial do contrato: 24 (vinte e quatro) meses.

5.1.5. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não se aplica. Não é o caso da CPLA ter expertise em Assessoria e Consultoria, bem como a realização de sessões públicas.

5.1.6. Quadro com soluções de mercado: não se aplica, pois não se trata de obra ou serviço de engenharia.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço: como citado acima, a B3 já foi contratada pela ANTAQ para a realização do serviços de consultoria e assessoramento, atendendo a contento à Comissão de Licitação e também já foi contratada por outras Agência de Infraestrutura. Além do mais, a contratação será por inexigibilidade de licitação justamente pela expertise da B3.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos não se aplica. Há a necessidade de hospedagem, estimada não se aplica.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Não se aplica.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto será por intermédio de Ordem de Serviços. De acordo com a demanda do poder concedente, serão criados lotes com uma ou mais áreas que participarão de uma sessão pública. Para cada sessão pública será emitida uma ordem de serviço para consultoria e assessoria da B3 à CPLA para os leilões. Os serviços constantes daquela ordem de serviço se encerram com a assinatura do contrato de arrendamento pelo proponente vencedor e a B3 realiza a última atividade que é a devolução da Garantia de Proposta.

7.2. As etapas a serem executadas pela a contratada estão descritas na obrigação. As etapas da assessoria e consultoria, são:

7.2.1. Assessoria na elaboração do Edital de Licitação;

7.2.2. Elaboração do Manual de Procedimentos;

7.2.3. Publicação do Edital e Minuta de contrato no sítio da B3 na Internet;

7.2.4. Auxiliar a CPLA na resposta aos esclarecimento e impugnação ao Edital;

7.2.5. Preparação do ambiente físico, bem como todos os documentos para as sessões públicas;

7.2.6. Auxílio à CPLA na análise da documentação entregue pelos proponentes;

7.2.7. Guarda e envio à CPLA da documentação dos proponentes;

7.2.8. Guarda da Garantia de Proposta; e

7.2.9. Devolução da Garantia de Proposta.

7.3. O rol das etapas descritas no item 7.2 não é taxativo, podendo a CPLA demandar da CONTRATADA a realização de outras ações objeto do serviço de assessoria e consultoria.

7.4. A localidade de realização dos serviços é na cidade de São Paulo - SP, sendo que a contratada manterá contato com a CPLA preferencialmente por mensagem eletrônica e ligação telefônica.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A gestão do contrato será feita pelos membros da Comissão de Licitação.

8.2. A comunicação entre a ANTAQ e a B3 será preferencialmente por intermédio de mensagem eletrônica e ligação telefônica.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Não se aplica. Não haverá disponibilização de materiais e equipamentos.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Não se aplica. A contratação será por inexigibilidade de licitação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações da ANTAQ:

- 11.1.1. manter a CONTRATADA informada de quaisquer decisões de caráter gerencial, técnico ou administrativo que possam afetar ou se relacionar com o direcionamento dos Serviços objeto deste Contrato;
- 11.1.2. disponibilizar à CONTRATADA os dados, documentos e informações necessários à execução dos Serviços, especialmente no que se refere à realização de Sessões Públicas de Leilão ou de Reuniões; e
- 11.1.3. indicar pessoal técnico para assessoramento nos procedimentos relativos a(s) Sessões Públicas de Leilão.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 12.1.1. executar os serviços em observância às especificações estabelecidas pela CONTRATANTE e pela legislação aplicável;
- 12.1.2. disponibilizar ambiente e toda infraestrutura para a realização de Reuniões e Sessões Públicas de Leilão em data(s) a ser determinada e formalizada de comum acordo entre as Partes, bem como organizar e conduzir a(s) Sessão Pública de Leilão;
- 12.1.3. receber, analisar e gerir as garantias financeiras das propostas aportadas pelos proponentes;
- 12.1.4. revisar os Editais e seus anexos, de forma a proporcionar uma dinâmica produtiva e eficaz ao Leilão;
- 12.1.5. avaliar e propor a CONTRATANTE o procedimento e a estruturação operacional da Sessão Pública de Leilão para proporcionar a esta uma dinâmica produtiva e eficaz no certame;
- 12.1.6. auxiliar na divulgação da Sessão Pública de Leilão e eventuais Reuniões, perante a base de clientes e investidores atuantes nos mercados da CONTRATADA;
- 12.1.7. elaborar o Manual de Procedimentos do Leilão;
- 12.1.8. comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos Serviços;
- 12.1.9. receber e guardar, quando requerido pela CONTRATANTE, os documentos entregues pelos proponentes para a(s) Sessões Públicas de Leilão, inclusive organizar o que for preciso para manter os documentos entregues com garantia de segurança e sigilo;
- 12.1.10. preservar todos os documentos entregues pela CONTRATANTE e demais documentos a que tenha acesso em razão da execução deste Contrato;
- 12.1.11. utilizar os dados, documentos e informações fornecidas pela CONTRATANTE única e exclusivamente para os fins previstos neste Contrato;
- 12.1.12. fornecer à CONTRATANTE, a pedido desta, elementos e informações disponíveis que possam ser de interesse no que se refere à realização de Reuniões ou Sessões Públicas de Leilão;
- 12.1.13. obedecer às regras e dispositivos de Editais de Licitação, em especial no que se refere aos procedimentos de realização de Leilão;
- 12.1.14. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução dos Serviços;
- 12.1.15. prestar auxílio às proponentes e suas corretoras representantes para sanar dúvida sobre o Edital, o Manual de Procedimentos e as etapas do processo; e
- 12.1.16. prestar apoio à CONTRATANTE na análise dos documentos de habilitação (jurídica, econômico-financeira e fiscal).

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste

Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A aceitação do objeto será feita a cada ordem de serviço após a assinatura do contrato de arrendamento e devolução da garantia de proposta aos proponentes com um ato a ser expedido pelo Presidente da Comissão de Licitação.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento da CONTRATADA será realizado antes da celebração do contrato de arrendamento pela corretora representante do eventual licitante vencedor do leilão, se houver, conforme o valor previsto no Edital.

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor

remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, porque a contratação ocorrerá na modalidade de Contrato de Risco, sem custo direto para a ANTAQ. A remuneração ocorrerá por meio de pagamento realizado pela corretora representante do licitante vencedor do leilão.

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. cometer fraude fiscal; e

20.1.6. não manter a proposta.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do serviço objeto desta contratação, por dia de atraso na entrega do objeto contratado, até o limite de 10% do valor do serviço não executado;

b) 1% (um por cento) do valor da contratação, pela infringência de qualquer cláusula contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; e

c) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo período de até 2 (dois) anos;

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

20.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.4 e 10.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1. A contratação dar-se-á por inexigibilidade de licitação.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1. Não se aplica. A contratação ocorrerá na modalidade de Contrato de Risco, sem custo direto para a ANTAQ. A remuneração ocorrerá por meio de pagamento realizado pela corretora representante do licitante vencedor do leilão.

Ademais, a B3 só reajustou pelo IPCA o valor de cada Ordem de Serviço praticado no contrato hoje vigente.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1. Não se aplica. A contratação ocorrerá na modalidade de Contrato de Risco, sem custo direto para a ANTAQ. A remuneração ocorrerá por meio de pagamento realizado pela corretora representante do licitante vencedor do leilão.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Oliveira Pinheiro, Presidente da CPLA**, em 24/06/2021, às 23:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1360491** e o código CRC **59A12479**.

Referência: Processo nº 50300.006190/2021-03

SEI nº 1360491